

LA CITTÀ ABBANDONATA

Dove sono e come cambiano le periferie italiane

Mauro Magatti (org.)

Bolonha (IT), Società Editrice El Mulino, 2007, 523p.

“A cidade abandonada” é o título deste livro que recolhe as análises de um longo e rico percurso de pesquisa em que se procurou investigar “onde se encontram e como mudam as periferias italianas”. Essas periferias são chamadas hoje de “quartieri sensibili”, bairros residenciais que se tornaram sinônimo de “depósitos” de indivíduos e grupos periféricos aos centros urbanos, cada vez mais heterogêneos entre si, e que concentram níveis diferentes e agudos de problemas sociais. A hipótese é de que neles se condensariam as contradições que caracterizam atualmente o espaço urbano das cidades, atravessado por fluxos de bens e capitais, polarizado pela relação entre o local (o território das localidades) e o global (os fluxos que o atravessam). Nesses bairros se poderia ter, como num “espelho” privilegiado, a explicitação sobre o que estaria se tornando a cidade contemporânea.

Essa pesquisa foi levada a frente por uma parceria entre a Cáritas Italiana (organização de ação social ligada à Igreja Católica) e a Universidade Católica de Milão (IT), departamento de sociologia. Procurou cobrir um arco diversificado de temas e interesses: a condição humana, tal qual se deixa revelar nesses determinados contextos urbanos; a exploração dos “pontos cegos” da cidade atual, com uma morfologia espacial fragmentada, com ritmos e grupos sociais desiguais, numa multiplicidade cada vez mais heterogênea; um exame da dinâmica de periferização das cidades europeias, privilegiando o caso italiano; a discussão de conceitos e dinâmicas ligadas à cidade, tais como a polarização periferia-centro, o processo de urbanização, a marginalização e novas dependências, a organização popular, a incidência dos fluxos globais no espaço urbano. Foram dois anos de pesquisa (2005 e 2006) organizada em torno de uma equipe central de pesquisadores da Universidade de Milão, e uma equipe de pesquisadores locais, que realizaram o trabalho de pesquisa etnográfica nos bairros, com o apoio e orientação da equipe central. Essa base etnográfica, materializada em pormenorizados relatórios de campo locais, foi

fundamental para a análise comparativa desenvolvida ao longo do livro. Esses relatórios foram reunidos num CD-ROM que acompanha a publicação, e são fonte privilegiada de observações, servindo como base de dados para o conhecimento de cada periferia pesquisada. Sobre os procedimentos metodológicos, o livro também traz um posfácio em que são descritos os passos e as dinâmicas seguidas ao longo da pesquisa.

Cada capítulo é redigido por um dos pesquisadores associados à equipe central da Universidade Católica. No primeiro, procura-se traçar uma panorâmica teórica em que se demonstra como esses “quartieri sensibili” se tornaram uma comprovação eloquente da realidade urbana atual enquanto “nova questão social”. O padrão “centro-periferia” vem sendo questionado por um processo que conjuga a mobilidade entre espaços diferenciados de habitação, consumo e produção cultural. A vida cotidiana nas cidades vem se organizando em torno de uma pluralidade de âmbitos espaciais, cada vez mais especializados, num conflito latente entre a lógica da localidade e a lógica dos fluxos. O espaço urbano define-se por uma “heterotopia”, ou seja, pela mobilidade e conexão entre múltiplos lugares diferentes, e muitas vezes contíguos e estranhos entre si, que assumem um valor específico segundo as funções que exercem na vida social. No mundo flexível da mobilidade do capital, cada espaço se valoriza conforme a função que realiza em relação às expectativas dessa mesma mobilidade. Essa diferenciação funcional dos espaços cada vez mais especializados, concomitantemente à mobilidade e conexão intensa entre eles, acaba por aguçar a situação de marginalidade e isolamento de muitos dos bairros periféricos, que não conseguem entrar em conexão e se adaptar à nova realidade urbana. Cada vez mais sem função, vistos como “bairros dormitórios” à margem da fluidez do mundo globalizado, são relegados a uma situação de um “não-lugar”, representando o novo lado da pobreza e da exclusão contemporâneas. Embora sejam questões pertinentes em qualquer parte do mundo, na medida em que a urbanização é hoje definitivamente um fenômeno mundial, o caso italiano é bastante significativo quando se sabe de sua longa história na conformação de espaços urbanos aptos à construção de espaços públicos a partir da convivialidade dos seus cidadãos.

O capítulo seguinte traz uma síntese dos relatórios etnográficos, fazendo uma rápida “radiografia” de todos os bairros estudados. São eles: Begato, em Gênova; San Paolo, em Bari; Librino, em Catânia; Zen, em Palermo; Scampia, em Napoli; Esquilino, em Roma; Ex-Zona 13, em Milão; Isolotto, em Florença; Navile, em Bolonha; Barriera de Milano, em Turim. Desses dez bairros, os cinco primeiros foram construídos a partir de grandes projetos arquitetônicos, financiados pelo poder público, em vista da formação de grandes conjuntos habitacionais populares, segundo uma concepção urbanística racionalista que previa bairros autônomos segundo padrões modernos de sociabilidade.

Desses, quatro foram construídos no sul da Itália (San Paolo, Librino, Zen, Scampia), com pouca tradição de vida associativa urbana, servindo para abrigar a grande (e por vezes descontrolada e inesperada) demanda provinda da migração rural-urbana ou do deslocamento de outras áreas urbanas. Begato, situado no norte da Itália, repete em vários pontos essas características, acirrando, porém, certos traços de anomia já presentes nos anteriores. Todos esses grandes conjuntos não cumpriram seu projeto inicial, e se tornaram posteriormente locais propícios para o desenvolvimento de todos os tipos de problemas sociais: mercado clandestino, criminalidade, vandalismo, ocupação irregular, pobreza endêmica, precariedade da saúde física e mental, entre outros. Os cinco últimos bairros estudados, por sua vez, não podem ser considerados “periferias” no sentido clássico do termo, embora sejam associados a locais degradados e vulneráveis a diferentes formas de pobreza e desajustes sociais. Embora muitos deles possuam uma rica tradição de associativismo e de mobilização operária ou eclesial, a grande perplexidade surge diante dos novos fluxos de população e de empreendimentos que ocupam o espaço do bairro, criando reações de insegurança, isolamento, marginalidade e estranhamento. Sendo todos bairros de velha urbanização, preponderantemente no norte da Itália, possuem mais recursos de mobilização, mas de maneira mais explícita colocam interrogações sobre o futuro de sua localidade frente às novas contingências a que são obrigados a se adaptar.

Os cinco capítulos seguintes examinam longamente temas transversais que dizem respeito às condições vividas nesses bairros. O terceiro capítulo acompanha a trajetória do ideário urbanístico – da “utopia urbanística” à “cidade de projetos” – em que se situam os bairros estudados, buscando também o modo como vem sendo pensadas as formas de recuperação ou requalificação desses bairros, enquanto espaços sujeitos à marginalidade e degradação. Percorrendo a trajetória do pensamento urbanístico, que nos anos 1950 a 1970 era marcado pela utopia racionalizadora, descreve como a ação do Estado-Providência esteve dando sustentação à formação dos grandes projetos habitacionais. A explosão das periferias, sua degradação e a concentração de problemas no seu interior acompanhou a busca de uma nova proposta urbanística a partir dos anos 1980, segundo uma concepção da cidade pós-moderna que se desenvolve por projetos, mediadora de uma recuperação do espaço urbano a partir de capitais privados. As operações de requalificação do espaço urbano algumas vezes buscaram modalidades de ação integrada, sobretudo naqueles bairros que possuíam já uma tradição de mobilização, envolvendo a participação da população local, das instituições públicas e da iniciativa privada. Porém, boa parte das vezes eram ações intervencionistas, ora hiperlocalizadas na recuperação de equipamentos, ora voltadas para o “city marketing”, facilitando operações visando o mercado global e marginalizando completamente a

população local. As contradições dessa história de intervenções urbanísticas, condicionando o dia a dia dos habitantes desses bairros, servem de pano de fundo para outras dimensões de sua vida cotidiana.

Nesse sentido, no capítulo quarto, coloca-se em questão essa vivência cotidiana, em bairros que parecem concentrar os descompassos e desigualdades gerados pelas transformações das cidades contemporâneas. Ao considerar as possibilidades de inserção no mundo globalizado, sabe-se que o que garante a funcionalidade atribuída a determinado espaço é o seu nível de conectividade e a facilidade de ser transitável ou não. Ora, esses bairros parecem justamente estar marcados por sua fraca conexão com outros espaços urbanos e sua baixa transitividade. São caracterizados por uma dimensão do tempo rígida, sem uma memória significativa do passado e sem perspectivas de futuro, em que parecem imobilizados num presente imerso na repetição. Imobilismo esse que se manifesta na dificuldade em se transitar pelo seu interior e em se deslocar em direção ao exterior. Apesar de muitas vezes serem circundados por vias expressas, ou mesmo serem atravessados por elas, seus habitantes parecem condenados a uma mobilidade restrita e obrigados ao sedentarismo doméstico. Restrições à mobilidade que se estendem ao mundo da cultura e dos relacionamentos vicinais, cada vez mais circunscritos ao meio doméstico ou projetados no mundo imaginário da mídia e do consumo. Essa desconexão e intransitividade parecem também ser as características principais do modo como é percebida e vivida, em sua pluralidade, a pobreza no interior desses bairros. O quinto capítulo examina então a questão da “pobreza da cidade heterotópica”, vendo como o processo de empobrecimento no interior dos “quartieri sensibili” apresenta-se multifacetado e se desenvolvendo segundo várias dimensões inter-relacionadas, em contraposição aos outros espaços urbanos conectados aos grandes fluxos de capitais. Nesse sentido, são descritos vários cenários de pobreza, que, conforme essas dimensões se conjugam em cada área, recompõem as diferentes formas de carência, em termos de dotação contextual ou pessoal: pobreza urbanística, institucional, econômica em vários sentidos, sociocultural, relacional. A partir desses cenários, formula-se uma tipologia para se compreender as modalidades de vivência da pobreza em contextos marcados pela heterogeneidade, fragmentação e incomunicabilidade entre seus habitantes. Em tudo se percebe uma dinâmica de distanciamento, em nível interno, e de desconexão, em relação aos espaços externos da cidade. Seja qual for o redimensionamento do espaço interno desses bairros por seus habitantes, como “blocos” (sul da Itália) ou como “arquipélagos” (norte da Itália), em todos eles existe a percepção de uma tendência para a criação de novas formas de “apartheid” urbano.

Considerando a importância da categorização de “conexão” e “transitividade”, os dois últimos capítulos polarizam dois temas que dizem respeito à

problemática da realização da sociabilidade nesses bairros: o da percepção da insegurança e da violência; e o das formas de cooperação e organização civil. O capítulo sexto, ao tratar da percepção de insegurança e de violência nesses bairros, coloca a questão da presença invasiva da alteridade, que viola o espaço de identificação de grupos e indivíduos. Não que a violência e a criminalidade sejam apenas uma questão de “percepção”, pois elas são uma realidade palpável em alguns bairros, sobretudo no sul da Itália (em que o crime organizado se revela um verdadeiro “poder paralelo”). Mas, em todos eles o grande desconforto vem da percepção de se estar permanentemente confrontando e transitando no “espaço do outro”. Em todos os cenários de violência delineados (da “criminalidade organizada”, da “violência anômica” ou do “espaço violado”) a ausência de instâncias de mediação reconhecidas (do Estado ou da sociedade civil) leva a um entrincheiramento em espaços reduzidos e reconhecidos, a uma temporalidade bloqueada e a uma sociabilidade restrita e codificada. Existe uma percepção generalizada, e reforçada pela ação da mídia, de um processo de estigmatização que condiciona todas as tentativas para reverter o quadro social de degradação e isolamento vivido pelos habitantes desses bairros. É nesse sentido que o capítulo seguinte procura examinar as tentativas de associação que no seu interior se propõem a sanar as carências desses bairros através de formas variadas de exercício da solidariedade. O mundo associativo apresenta-se mais consistente naquelas localidades que herdaram uma tradição de organização e mobilização social, como nos antigos bairros operários do norte da Itália, em que mesmo a Igreja teve um papel destacado no incentivo ao associativismo (como as comunidades eclesiais de base em Isolotto). Se de um lado há uma grande variedade e pluralidade de organizações e ações coletivas em todos os bairros pesquisados, com maior ou menor incidência política, por outro, em todos eles se ressentem a ação de dissolução produzida pelo novo contexto, marcado por um recuo das instituições do Estado, ao lado de um isolamento dos atores sociais. Surge então como questão urgente a necessidade de recomposição da sociedade civil visando a reconstruir, em novos termos, o chamado “espaço público”, a partir de novas estratégias de comunicação, de convivência e de convergência de interesses comuns. De todo modo, existe uma percepção nítida de que nada será possível sem uma fundamentação institucional mais clara, mais sólida politicamente, mais articulada no longo prazo.

Esse rico trabalho de pesquisa fornece elementos úteis para reflexão e debate em vários sentidos. Gostaríamos de destacar dois pontos. Em primeiro lugar, a importância da questão das migrações no processo de urbanização atual, e como ele se demonstrou capital mesmo na organização do espaço urbano em países do Velho Continente, como a Itália. Não há como tratar da questão urbana atual sem considerar a temática transversal da mobilidade

humana, que diz respeito a tudo aquilo que se refere à inserção social, como a moradia, o trabalho, a educação, os espaços de convivialidade, e formação cultural e religiosa. Nesse sentido, o que o dado da mobilidade humana sempre levanta – e que os desajustes dos grandes projetos arquitetônicos ou das operações de requalificação urbana estudados demonstram – é a questão da subjetividade dos migrantes, sejam eles do “sul da Itália” ou “extracomunitários”. Pois, com efeito, é essa subjetividade (ou a “alteridade” que ela representa) que vai preencher com conteúdo concreto as relações sociais no cotidiano, dentro do enquadramento urbano desses bairros. Também é em relação a ela que devem ser pensadas as alternativas de organização social entre seus habitantes. Em segundo lugar, pode-se questionar até que ponto, a partir dos países do Terceiro Mundo, há sentido em se falar em “cidades” do mesmo modo como ainda se imagina na Europa, e se repercute nas páginas desse livro. Num debate promovido em junho em 2009 a propósito dessa pesquisa, por Mônica Martinelli, uma das pesquisadoras da equipe da Universidade de Milão, junto a um grupo de geógrafos da Universidade de São Paulo, foi argumentado exatamente como em países como o Brasil, de urbanização recente atingindo proporções extraordinárias, não é possível pensar a “cidade” nos mesmos termos da tradição de “espaço urbano” como aquela herdada na Itália. Em países cuja urbanização ocorreu de forma avassaladora em questão de décadas (quando não no espaço de alguns poucos anos), movido por um gigantesco fluxo migratório, as questões levantadas pela pesquisa assumem outra dimensão, e uma gravidade tanto maior que não existe propriamente memória de um “espaço público” a ser resgatado. No mundo da globalização, da heterotopia, qual a valorização a ser esperada dos espaços e das populações dos aglomerados urbanos do chamado Terceiro Mundo? Poderão se tornar verdadeiras “cidades” como ensina a tradição europeia, o lugar dos encontros e debates entre cidadãos que dão vida conjuntamente ao espaço público?

Este livro, seja pela síntese que realiza, seja pela riqueza de informações que acumula, traz uma contribuição inestimável para aqueles que desejam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de nossas cidades, tentam conhecer melhor o lugar das novas populações que se instalam em seu interior, e combatem os diferentes cenários de pobreza e violência que inibem a construção de novas formas de cidadania.

Por: *Sidnei Marco Dornelas*
Centro de Estudos Migratórios